

O CLASSICISMO E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA NO BRASIL

Rômulo da Silva Vargas Rodriguesⁱ

RESUMO

Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa de doutorado cujo objeto é a historiografia linguística da obra de Émile Benveniste. A obra do grande linguista siro-francês instigou a refletir sobre o ensino de língua materna no Brasil, questionando o valor da posição classicista prevalente no ensino. O classicismo se caracteriza por se pautar nos valores helênicos, difundidos pela cultura clássica para todo o mundo. O classicismo influenciou praticamente todas as descrições linguísticas do ocidente até o surgimento da linguística comparativa no século XIX. O problema ontológico que hoje se pode encontrar no pensamento clássico é justamente o seu modelo de língua: a literatura, o que provoca uma confusão entre oralidade e escrita. Como os estudos da linguagem que se seguiram ao surgimento da linguística vão demonstrar, a linguagem vai muito além da literatura. Não desmerecendo esse recurso artístico de valor inestimável, os estudos da linguagem, porém, apontam para uma infinidade de gêneros textuais e suas relações com as instituições sociais. Não há mais como negar que utilizar apenas a literatura para tecer uma descrição da língua seria perder a maior parte da língua. Além do mais, os manuais resultantes desse tipo de descrição são sempre de natureza normativa. Mas é preciso compreender porque se utilizar da literatura para descrever uma língua constitui um problema ontológico. O ensino da língua como ela realmente é, com toda a sua riqueza e intensidade cultural é o que se propõe, argumentando a favor de um ensino realista da língua materna, além das questões relacionadas.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa de doutorado cujo objeto é a historiografia linguística da obra de Émile Benveniste. A obra do grande linguista siro-francês instigou a refletir sobre o ensino de língua materna no Brasil, questionando o valor da posição classicista prevalente no ensino. Este artigo se compõe de tal reflexão.

O classicismo se caracteriza por se pautar nos valores helênicos, difundidos pela cultura clássica para todo o mundo. Considerada por alguns o berço da civilização ocidental, a Grécia antiga foi precursora do grande Império Romano, que fez surgir no Ocidente uma série de valores copiados aos gregos. Em Aristóteles (2010) é

possível verificar muitos desses valores. Na Poética, por exemplo, o sábio antigo falava da gramática, conceituando-a como “a arte do bem falar”, mas não parou por aí, também afirmou que quem falou bem foram os autores clássicos gregos. Muitos trabalhos se debruçaram sobre essa questão ao longo dos séculos. E quase todas as descrições de línguas até finais do século XIX se baseavam na “boa literatura” para descrever a língua. Somente com o surgimento da linguística comparativa no século XIX alguns autores começam a ensaiar descrições não baseadas no pensamento clássico sintetizado por Aristóteles.

O problema ontológico que hoje se pode encontrar no pensamento clássico é justamente o seu modelo de língua: a literatura. Uma produção literária é uma obra refinada de discurso, de natureza artística, feita para o deleite ou entretenimento. Como os estudos da linguagem que se seguiram ao surgimento da linguística vão demonstrar, a linguagem vai muito além da literatura. Não desmerecendo esse recurso artístico de valor inestimável, os estudos da linguagem, porém, apontam para uma infinidade de gêneros textuais e suas relações com as instituições sociais. Não há mais como negar que utilizar apenas a literatura para tecer uma descrição da língua seria perder a maior parte da língua. Além do mais, os manuais resultantes desse tipo de descrição são sempre de natureza normativa. Mas é preciso compreender porque se utilizar da literatura para descrever uma língua constitui um problema ontológico.

A literatura é eminentemente escrita. Aquela que serve de exemplo aos gramáticos é necessariamente escrita. De acordo com os teóricos do início do século XX, os estudos da língua devem considerar a oralidade para que se possa obter uma descrição realista. Ademais, historicamente, a linguagem precede a escrita na formação do ser humano. A escrita é relativamente recente em relação ao tempo em que a ciência acredita que o ser humano existe com as características que têm hoje, cerca de 200 mil anos. Já a escrita começa a surgir, de forma insipiente, não linguística, a cerca de 7 ou 8 mil anos atrás, ainda no período Neolítico, mas somente a 5 mil anos surgiu a escrita silábica, possibilitando o registro linguístico. De igual maneira, na linha do tempo

das pessoas, considerado o desenvolvimento individual, a linguagem surge bem antes da escrita. Pode-se mesmo afirmar que a escrita é um acessório da linguagem que surge bem depois da linguagem como um desdobramento da nossa capacidade de simbolizar.

Diante do exposto, é de se pensar por que os helênicos estabeleceram como padrão o modelo escrito. É claro que a comodidade do registro possibilita e facilita a verificação. Porém, como se pode notar no desenrolar da história, escolher a forma escrita como modelo da oralidade, e, além de escrita, a forma dos artistas, concede às elites o “bem falar”, já que, historicamente, as elites sempre tiveram primazia no ato de estudar, em detrimento de escravos, servos e o proletariado.

Como se verá a seguir, as ciências da linguagem também cederam ao classicismo bem mais do que se deveria esperar de uma visão científica, comprometendo, sob certo aspecto, o objeto da descrição. Tudo isso sendo levado ao ensino e ali mantido, dá ao estudante da elite um trunfo sobre os estudantes das camadas mais pobres da sociedade, forçados pelas circunstâncias a trabalhar mais cedo, e a dedicar menos tempo aos estudos, além de se servirem (quando o conseguem) de escolas igualmente desassistidas, ou mal assistidas, em termos de verbas, espaço físico, equipamento e pessoal.

Neste artigo se propõe o ensino da língua tal qual ela é, reconhecendo que, dentro da língua os registros se acumulam e um deles sempre será eleito o padrão de um ou outro grupo, da escrita, etc., abdicando em definitivo da velha fórmula clássica.

QUESTÕES DE LINGUAGEM E ENSINO

A maior parte do que a humanidade sabe sobre a linguagem é resultado das pesquisas realizadas no decorrer do Século XX. Uma obra que lhe seja síntese, evidentemente tem o valor de funcionar, por si mesma, como indexador do conhecimento sobre linguagem a que a humanidade atualmente tem acesso. Assim se compreende a obra de Émile Benveniste em linguística geral. Portanto, ao se promover sua

historiografia linguística, promove-se, ao mesmo tempo, a sua divulgação e se amplia o conhecimento sobre a linguagem.

A historiografia linguística funciona em duas direções, atingindo dois objetivos coexistentes: por um lado, o historiógrafo linguista joga luz sobre determinados aspectos, conceitos, métodos e obras, relevando autores e obras, e facilitando sua compreensão, bem como a difusão de sua obra. Por outro lado, permite ao historiógrafo linguista, ele próprio também um linguista, desenvolver teoria a partir dos conhecimentos, conceitos e métodos acessados em sua pesquisa.

A historiografia linguística da obra de Benveniste permite estender o debate sobre o ensino de língua materna, ampliando-o com aspectos teóricos que podem, atualmente, ser mais facilmente acessados. Todas as áreas do conhecimento em linguagem sofreram, e naturalmente vêm sofrendo ao longo dos anos, a ampliação própria do avanço das pesquisas. Isso se dá tanto pela pesquisa em si, quanto pelo arrojo natural da relação entre áreas distintas de pesquisa. Dessa maneira, ampliar o saber sobre linguística geral, permite a todos entender melhor as línguas e a linguagem, permitindo, além de falar sobre a linguagem de forma mais adequada, também, pensar seu ensino.

Barbara Weedwood¹ (2002), em seu livro *História concisa da linguística*, acerca dos estudos do que ela chama de “microlinguística”, ou seja, os estudos de linguagem que são centrados na língua, afirma:

Representam também boa parte do conjunto mais antigo e *tradicional* de estudos da linguagem: basta ver que boa parte da terminologia técnica até hoje empregada na microlinguística (substantivo, adjetivo, preposição, verbo, pretérito, antônimo, pronome etc.) *remonta aos estudos linguísticos da Antiguidade greco-romana*. (WEEDWOOD, 2002, p. 12; grifos nossos)

Weedwood aponta, dessa maneira, para uma influência do pensamento clássico nos estudos científicos da linguagem. Essa influência, também conhecida como “tradição gramatical”, traz consequências negativas para a pesquisa, mas, sobretudo, para o ensino. Na pesquisa, corre-se o risco de comprometer a objetividade na descrição do objeto, permitindo interferências dessa cultura tradicional na

¹ Barbara Weedwood, linguista neozelandesa, Doutora em Filosofia da Linguagem pela Universidade de Cambridge.

formação dos conceitos. No ensino há mais problemas. Primeiro, em decorrência de uma *ciência linguística tradicional*, ocorre uma espécie de validação do pensamento puramente tradicional, o que leva a uma formação confusa do professor de língua materna no Brasil. Com isso se quer referir a fatos como, por exemplo, até os dias presentes o estudante é normalmente penalizado por “erros de português”, sofrendo decréscimos nas avaliações. Estranhamente, até mesmo professores de outras disciplinas se sentem no direito, e até no dever, de penalizar os estudantes, como se isso, a partir de um condicionamento comportamental, induzisse os estudantes ao “acerto”, que seria, no caso, o “comportamento adequado”. Muitos professores que assim o fazem justificam sua atitude sem nenhuma explicação pedagógica ou científica. Não ensinam, apenas punem. Alguns professores de português acham que tal atitude é adequada, e o problema seria minimizado se todos fizessem assim.

O resultado de procedimentos como esse é que é comum encontrar estudantes incapazes tanto de ensaiar uma definição que oponha língua e linguagem, como de distinguir fonema de letra. O objeto de ensino, a linguagem, não tem seus contornos claramente delineados. A confusão ontológica da visão tradicional coloca a escrita como modelo de língua, estabelecendo como “corretos” os usos menos comuns da linguagem oral, aquela que é tão cara e usual para o estudante. A *sua língua* não é boa e precisa ser substituída pela *língua da escola*, mas ninguém, nem mesmo os professores, realmente usa essa *boa língua*, a menos que fale como um robô, totalmente sem naturalidade.

Essas dificuldades podem estar associadas a um ensino que não suplantou o pensamento clássico, tanto no colégio, quanto na formação superior dos professores de língua portuguesa. Benveniste, em muitos de seus ensaios, aponta para a necessidade de superar o classicismo para se obter uma compreensão nítida dos fatos de linguagem. Em seu ensaio, “*Estrutura das relações de pessoa no verbo*”, de 1946, o linguista ao analisar o problema das pessoas do discurso, faz diversas asseverações acerca da questão:

Em todas as línguas que possuem um verbo, classificam-se as formas da conjugação segundo a sua referência à pessoa, constituindo a enumeração das pessoas propriamente a conjugação; distinguem-se três no singular, no plural e eventualmente no dual. Essa classificação é notoriamente herdada da gramática grega, na qual as formas verbais flexionadas constituem *πρόσωπα*, *personae*, “figurações” sob as quais se realiza a noção verbal. (BENVENISTE, 2005, p. 247).

Benveniste está discutindo a formação das chamadas pessoas verbais e observa que a classificação clássica coloca “ele/ela” como terceira pessoa, contudo, segundo suas observações da conjugação verbal em relação às chamadas pessoas do discurso, ele notará que as chamadas primeira e segunda pessoas, “eu” e “tu”, atuam no discurso como índices, respectivamente, do locutor e do interlocutor, enquanto que “ele” atua como sujeito da construção frasal, mas não como interlocutor no discurso². Essa observação faz cair por terra a posição clássica de que “ele/ela” seria a terceira pessoa do discurso. Benveniste chega a chamá-la de não pessoa, com o intuito de opor seu conceito ao conceito clássico:

Não se deve, portanto, representar a “terceira pessoa” como uma pessoa apta a despersonalizar-se. Não há aférese da pessoa, mas exatamente a não pessoa, que possui como marca a ausência do que qualifica especificamente o “eu” e o “tu”. Pelo fato de não implicar nenhuma pessoa, pode tomar qualquer sujeito ou não comportar nenhum, e esse sujeito exposto ou não, nunca é proposto como “pessoa”. (BENVENISTE, 2005, p. 253).

Apesar de linguistas como Benveniste chamarem a atenção para a necessidade de se declinar do pensamento clássico, esse pensamento, como já se disse, contaminou as ciências da linguagem e, pelo menos no Brasil, permanece influenciando de forma muito negativa o ensino e, por conseguinte, toda a nossa cultura, que ainda supervaloriza as formas “corretas”, desconhecendo que são essas apenas as variantes de maior prestígio. Muitos avanços foram feitos no ensino de línguas estrangeiras, porém, o ensino de língua materna permanece sob a égide. Joaquim Mattoso Câmara Júnior³ (1904-1970), em seu artigo sobre Gramática

² Vale lembrar que “discurso” em Benveniste parte da ideia de diálogo ou conversação, tornando-se, com o passar do tempo, mais e mais complexo, atingindo, a partir do desdobramento desse conceito, uma posição mais próxima à *virada discursiva* do último quartil do século XX. Esse assunto é tratado mais detalhadamente na tese da qual este artigo foi retirado.

³ Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970) foi um iminente linguista brasileiro, dentre outras formações, tinha licenciatura em Filologia Latina e Neolatina, pela antiga Universidade do Distrito

descritiva e gramática normativa, defende a instauração da “gramática normativa” no ensino de língua materna, alegando a necessidade do controle do “certo e errado”. Essa prerrogativa permanece até os dias atuais. Se naquele momento da história o discurso clássico estava justamente passando do pensamento tradicional para o pensamento científico, atualmente já não se justifica permanecerem ciências da linguagem e ensino estacionadas na mesma posição, até porque essa posição insiste em ignorar a língua como um recurso cultural da mais intensa riqueza e do mais complexo alcance entre os falantes. Reduzir tudo isso ao maniqueísmo do “certo/errado” simplesmente não facilita o ensino, mas implica em ensinar o que não se sustenta na realidade.

Apesar dos discursos ora inflamados, ora condescendentes dos linguistas e demais técnicos da linguagem e do seu ensino, a tradição sobrevive farta e livremente, dissimulada em prescrição normativa. Muitos a justificam alegando simplesmente que não se pode deixar que tudo vire bagunça, como se a língua permitisse a “bagunça”. E com justificativas que não superam o senso comum, não há, por exemplo, muitos questionamentos nos currículos escolares sobre o fato de que, no Brasil, há uma enormidade de *línguas maternas*, uma vez que convivem aqui línguas europeias, orientais e nacionais indígenas, todas elas em pleno uso por suas comunidades, além da língua portuguesa como *língua oficial*. Um país feito de nativos originais, colonizadores, imigrantes e nativos descendentes não deveria se colocar como um país de uma só língua. Se isso já é muito danoso na política, pior será nas ciências. As ciências devem buscar as respostas em seus objetos e não lhes impor rótulos, sejam eles oriundos da cultura ou da política. Os estudos de Benveniste jogam luzes sobre o problema da Interculturalidade e, por isso, mostram-se de grande valor para questões que afligem o ensino e a diversidade cultural do Brasil. Considerando, inclusive, a língua

Federal (Rio de Janeiro), doutorado e livre docência em língua portuguesa. Foi membro fundador da Associação Brasileira de Linguística (Abralin) e da Academia Brasileira de Filologia. Suas principais publicações são *Princípios de linguística geral* (1942), *Contribuição à estilística portuguesa* (1953), *Dicionário de fatos gramaticais* (1956), *Problemas de linguística descritiva* (1969) e *Estrutura da língua portuguesa* (1970). (pt.wikipedia.org) (RODRIGUES, 2005)

portuguesa como portadora de uma enorme diversidade cultural dentro do país.

O ensino brasileiro, sobretudo o ensino de língua materna, necessita de informações mais precisas sobre língua e linguagem, vertendo-se em uma visão mais adequada do texto, da enunciação, do discurso e do próprio ensino. É preciso, vez por todas, suplantar a tradição (algo que, paradoxalmente, é reclamado nos artigos mais antigos de linguística geral, tanto em Benveniste como em outros linguistas de renome), e fazer surgir um ensino capaz de lidar, sem preconceitos, manchas, ou ignorância, com as variedades linguísticas, com a diversidade de línguas maternas, com a profunda diferença entre as enunciações oral e escrita, com a mudança linguística.

Os processos de avaliação precisam ser revistos no que tange ao emprego da punição por via das notas dos estudantes que apresentam dificuldades com a escrita padronizada. O comportamentalismo permanece vigoroso desde os primeiros anos de escola, até a universidade, sem que se questione a ineficácia do reforço negativo ao “comportamento” negativo. O conhecimento não pode continuar sendo confundido com “comportamento”, e, para tanto, é necessário fazer resplandecer o que seja verdadeiramente a língua, a linguagem e os demais objetos já tão conhecidos dos técnicos em linguagem, mas tão ignorados, sistematicamente, pela prática do ensino, e pelas áreas mais tradicionais que empregam a linguagem como ferramenta principal.

É preciso desenvolver pesquisas que adequem o conteúdo das ciências da linguagem à realidade do ensino de língua materna no Brasil. É preciso esclarecer sobre os objetos dessas ciências, debatidos quase exaustivamente durante o século XX, mas, obscurecidos alguns, pela derrocada tradicional da linguística no período pós-saussuriano. Como afirma Barbara Weedwood (2002), o núcleo duro da linguística trabalhou de forma bastante tradicional naquele período. E, como critica Jacob Louis Mey⁴ (1885), não há descritores de línguas fora do estruturalismo,

⁴ Jacob Louis Mey (1926- *), foi professor emérito de linguística no Institute of Language and Communication da University of Southern Denmark, especializado em Pragmática. Seus principais

seja o estruturalismo social, decorrente de Saussure, seja o estruturalismo inatista, decorrente de Chomsky. As descrições linguísticas estariam, assim, carregadas de classicismo.

As problematizações obtidas na pesquisa da qual este artigo é parte buscam apontar respostas ou, pelo menos, identificar problemas a resolver. Além disso, se o conhecimento por si mesmo já não é valioso, saber mais sobre aspectos problemáticos, causadores de preconceitos e discriminação, pode ser, por si mesmo, a solução para o preconceito e, por conseguinte, para a discriminação.

QUESTÕES DE LÍNGUA

Em “*Estruturalismo em linguística*”, ensaio de 1968, Benveniste fala sobre o gerativismo, afirma que, segundo Avram Noam Chomsky⁵, cada vez que o homem fala, ele inventa sua língua e menciona o exemplo “a sopa está quente”. Quando a criança consegue dizer “a sopa está quente”, ela também consegue dizer “a sopa não está quente o suficiente” ou, “o leite está muito quente”. Então, ela conseguirá construir frases em que utilizará, em parte, estruturas dadas, renovando-as e preenchendo-as de objetos novos, e assim por diante. A questão é que a visão chomskyana de uma língua em que cada falante constitui novos objetos parece algo de contrassenso, porque, se os objetos forem de fato novidades da língua, e se diz aqui novidades de fato, pensando no sistema e não em variações fonéticas, não se constituirão em língua, perdendo seu valor como objeto significativo. Já se constituírem novidades para o indivíduo, e não para a língua, ele estará apenas conhecendo melhor a língua, argumenta Benveniste. Do ponto de vista da estrutura, não há de fato nada de novo na língua.

trabalhos são *Pragmalinguistics: Theory and Practice* (1979) e *Whose Language? A Study in Linguistic Pragmatics* (1985). (en.wikipedia.org/)

⁵ Avram Noam Chomsky (1928- *) é um linguista, filósofo e ativista político norte-americano, responsável por importante mudança no paradigma do pensamento linguístico norte-americano, que era comportamentalista e, com suas contribuições, entre na era do cognitivismo. Fundador da linguística gerativa-transformacional. Com uma vasta obra em todas as suas áreas de atuação, destacou-se, em linguística: *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), *Cartesian Linguistics* (1965), *Language and Mind* (1968). (pt.wikipedia.org)

Como disse Ludwig Joseph Johann Wittgenstein⁶, só se pode falar aquilo que já é público. Se acaso não for público, se não for do conhecimento geral, não pode ser dito. A língua é isso. Exatamente isso que é conhecido de todos, ou reconhecido por todos os falantes, ou cuja maior parte o seja reconhecível pela maior parte dos falantes. Então, um fato novo na língua não há, à exceção de alguns neologismos por ocasião de alguma invenção nova. O que há é a utilização de velhos fatos de língua em novos discursos, não exatamente outras palavras, ainda que elas precisem surgir quando surgem coisas novas, mas as palavras serão as mesmas, mesmo para constituir novos discursos. Ou seja, é o discurso que muda a todo tempo, não a língua. Evidentemente que a língua muda, mas não numa velocidade que pudesse impedir a constituição do significado por algum dos usuários. Se ela mudasse em um grande volume, em alta velocidade, com certeza seus usuários perderiam a capacidade de interagir. Havendo pouco contato entre os usuários, as mudanças, mesmo lentas, podem levar a uma dificuldade interativa, tornando incompreensível a variedade e dificultando ou mesmo impedindo a interação linguística. Trata-se aí de uma variação geográfica.

A variação vai evidentemente distanciando a língua, que vai naturalmente mudando, mas, essa mudança é acompanhada pelos falantes de uma mesma comunidade, ou seja, a língua muda na comunidade e não no falante. Se mudar apenas no falante, este não chegará a um nível de interação, permanecerá como idioleto pessoal. Em se acentuando essa “mudança individual”, ao contrário de se obter a interação, o que se alcançaria seria um nível de esquizofrenia linguística, pois esse falante não poderia ser compreendido por mais ninguém na sua comunidade.

Em “*tendências recentes em linguística geral*”, de 1954, Benveniste faz uma recapitulação do que está sendo o desenvolvimento da linguística na primeira metade do século XX. Nesse ensaio, ele declara o seguinte acerca da descrição linguística:

⁶ Ludwig Joseph Johann Wittgenstein (1889-1951) foi um filósofo austríaco, naturalizado britânico. Um dos principais atores da virada linguística na filosofia do século XX, com importantes contribuições nos campos da lógica, filosofia da linguagem, filosofia da matemática e filosofia da mente. (pt.wikipedia.org)

Enquanto dantes a objetividade consistia na aceitação integral dos dados, o que acarretava ao mesmo tempo a admissão da norma gráfica para as línguas escritas e o registro minucioso de todos os pormenores articulatórios para os textos orais, hoje nos prendermos mais à identificação dos elementos na medida em que são distintivos em todos os níveis da análise. Para reconhecê-los, o que não é absolutamente uma tarefa fácil, trabalha-se à luz deste princípio: não há senão diferenças numa língua; a língua põe em jogo um conjunto de processos discriminatórios. Destacam-se apenas os traços dotados de valor significativo, afastando-se, após os haver especificado, os que representam apenas variantes. (BENVENISTE, 2005, p. 9)

A sociolinguística vai intensificar suas discussões em torno dos anos 1960 e, portanto, quando Benveniste escreve o artigo citado, a discussão da sociolinguística é ainda bastante incipiente. A primeira obra publicada de William Labov⁷ data de 1966. E a discussão sobre o signo na sociolinguística é bastante enriquecedora. O problema de distinguir uma variante como sendo a padrão é exatamente a sua eleição. Como sendo todas as variantes originais, isto é, como todas têm suas origens na língua, a menos que seja possível rastrear a oralidade dos falantes, fica complicado escolher aquela da qual as outras teriam se originado. Nessa eleição de “variante padrão”, caso se siga o modelo clássico, eleger-se-á a de maior prestígio no que é chamado “a língua escrita”, isto é, em textos escritos onde as variantes foram utilizadas. Isso não é outra coisa senão classicismo, com todos os seus pressupostos carregados de preconceito e discriminação. Não é nada científico. Como já se viu nas teorias científicas da mudança linguística tanto em Grimm, como em Schleicher, não há como aplicar leis naturais sobre a questão. Seja como for, as ciências não deveriam estabelecer padrões não científicos, e, em ciências humanas isso só se faz sob as sombras do classicismo ou de outras ideologias igualmente preconceituosas.

Se nessa “variante principal” “destacam-se apenas os traços dotados de valor significativo, afastando-se, após haver especificado, os que representam apenas variantes”, ou seja, a variedade que fica deixada de lado é sempre a não padrão, quer dizer que se elege um registro “culto”, e toda variedade possível de produção daquele determinado segmento é ignorado, ou tratado como variantes não padrão, ou registros “não cultos”. Aí se apresentam, pelo menos, dois problemas importantes.

⁷ William Labov (1927- *) é um linguista norte-americano, responsável pelos primeiros estudos em sociolinguística.

A questão do valor do signo, de seu significado a partir da relação entre os significantes, isto é, o que realmente é o signo linguístico na memória do falante. A variante utilizada por uma pessoa, em sua memória, não encontra correlação com os registros de que essa pessoa falante não disponha, mas somente com os registros de que de fato dispõe. Se dispuser do registro reconhecido pela elite como “culto” ou “padrão”, poderá relacionar seu próprio registro nativo com aquele considerado culto, porém, se não dispuser de nenhum outro registro, a língua em sua memória não vai acionar nenhum outro registro como padrão, senão aquele de que disponha, evidentemente. A técnica de afastar as variantes e considerar somente “os traços dotados de valor significativo” se contraposta à teoria dos níveis da análise linguística de Benveniste, que, de certa forma, explica a teoria saussuriana de que os signos são resultados da relação entre os elementos significantes, pois, é nessas relações, nos dois eixos, sintagmático e paradigmático, como afirma Saussure, retomado por Benveniste, é que se produz o significado, então tem-se que: uma variante x , cujo significado é “ x ”, não pode ser considerada como um padrão das variantes x^1 , x^2 ou x^3 , onde o significado deveria ser “ x ”. Isso deve ser assim para atender à essa forma de descrição proposta pelo estruturalismo e exposta por Benveniste.

Para essa forma de descrição, sendo o significado o resultado da relação entre os elementos significantes presentes nas relações sintagmáticas e afetadas pelas relações paradigmáticas, então, as variantes x^1 , x^2 e x^3 terão como significado, respectivamente, “ x^1 ”, “ x^2 ” e “ x^3 ” e não “ x ”. Pois, x estabelece em si uma relação entre seus elementos significantes da ordem “ x ”, enquanto x^1 estabelece essa relação da ordem “ x^1 ”, e assim por diante. O que se quer demonstrar é que, para aquele falante de x , o significado é “ x ”; para o falante de x^1 , o significado é “ x^1 ” e não “ x ”; o mesmo valendo para x^2 e x^3 , cujo significado será “ x^2 ” e “ x^3 ” e não “ x ”.

Utilizando os dados coletados por Milani (2015) como exemplo, observem-se essas variantes que ocorrem no português brasileiro do interior do Estado de Goiás. Ali se encontram 23 variantes

fonéticas de uma mesma palavra. Para esta ilustração se usarão apenas quatro: [aw'mõkɐ], [ar'mõkɐ], [ɐ'mõnikɐ] e [aw'mõd°ga]. Para o falante que detém o registro de todas as variantes, qualquer uma pode acessar o significado, assim como se pode abstrair um significado comum a todas elas. Embora não seja nada preciso dizer que esse significado abstraído, comum a todas as variantes, seja real. Do ponto de vista do sistema, esse significado não se realiza, mas apenas se idealiza. A questão é que, para quem não tem senão uma dessas variantes em seu registro da língua, o significado será sempre o mesmo da relação sintagmática, ou seja, para quem diz [aw'mõkɐ], o significado será [aw'mõkɐ]; para quem diz [ar'mõkɐ], o significado será [ar'mõkɐ]; e para quem diz [aw'mõd°ga], o significado será [aw'mõd°ga].

A questão é que a pessoa falante não deverá, ao dizer [ar'mõkɐ], associar, em sua memória, [aw'mõd°ga]. Primeiro, simplesmente porque não conhece a outra variante. Se conhecer, mesmo assim, deverá associar a mesma sequência sonora à qual está habituada. Conhecendo o registro de outras variantes, muito provavelmente, vai associá-las a seu registro nativo, a menos que sofra uma aculturação.

Assim, observando-se rigorosamente a teoria dos níveis da análise linguística, que demonstra como o significado é resultado da relação entre os significantes, então não se pode admitir a eleição da variante tida como padrão como o sentido buscado pelas variantes tidas como não padrão. A variante padrão é apenas mais uma representante da língua, disponibilizada pela língua, diante de um dado grupo social que é igualmente formador da língua e dela usuário legítimo. Além do mais, esse grupo é igualmente possuidor de cultura. Não há falante desprovido de cultura, o que há são culturas estigmatizadas por culturas tomadas por “boas” ou adequadas ao modelo eurocêntrico.

CONCLUSÕES

Tomada a língua como o que ela é, e a linguagem pelo seu real alcance, além de todos os demais objetos das ciências da linguagem, hoje

já bem conhecidos, o ensino não precisa mais se pautar em normas caducas que desconsideram realidades conhecidas sobre esse aspecto fundamental de nossa cultura. Não é preciso temer a fragmentação da língua, a sua mudança tão rápida que a língua portuguesa se perderia completamente, como chegam a afirmar alguns. A língua é por si mesma um conjunto de regras capaz de produzir significados mais ou menos comuns aos falantes. Ela tem esse princípio e esse objetivo como produto cultural, o de promover a interação pela produção de significados e, exatamente por isso, ela não corre o risco de se perder, ou de se tornar “uma bagunça”. Poder-se-ia mesmo dizer que a língua é à prova de bagunça, muito embora, seja uma mostra da diversidade cultural, da pluralidade de uma sociedade, e da riqueza de sua cultura.

Ao invés de ensinar um único registro da língua, com todas as distorções próprias do pensamento clássico, seria muito rico e enriquecedor, caso se ensinasse o que a língua realmente é, um conjunto de variedades que representam, cada variedade por si, a cultura de um dado grupo dentro da sociedade maior, no caso, o Brasil. Ou, indo além, os países lusófonos. Sem normas outras que não as da língua, seria possível ver nos textos escritos a manifestação livre da língua, na linguagem de cada grupo, sem o fetiche maniqueísta do certo e do errado.

REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. *A poetica classica* / Aristoteles, Horácio, Longino. Sao Paulo: Cultrix, 2010. (114 p.)

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005. 387 p.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. 294 p.

CÂMARA JUNIOR, J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 124 p.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008. (392 p.)

MEY, J. *Whose language. A study in linguistic pragmatics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985.

MILANI, S. E. et alii. *Alingo: Atlas linguístico de Goiás*: léxico-fonético. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2015. (302 p.)

RODRIGUES, R. S. V. *A constituição dos conceitos de língua e linguagem em Saussure e Benveniste numa perspectiva historiográfica cronológica*. 2007. 102 f.: il. ; 29 cm. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2007.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. 165 p.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. (299 p.)

_____. *Gramática filosófica*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. (397 p.)

ⁱ Aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Senso da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás; bolsista CAPES-REUNI.